

PREFÁCIO

Em 26 e 27 de outubro de 2023, teve lugar o Congresso de Língua e Direito, uma iniciativa conjunta do Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas do ISCAP-P.PORTO e da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto. Nesses dois dias, oradores de mais de dez países exploraram a estreita, complexa e multifacetada relação entre as duas áreas, na convicção de que a língua desempenha um papel fundamental na estrutura social, moldando as nossas interações, as instituições e ainda as nossas perceções de justiça e equidade. Por outro lado, o direito depende da linguagem para articular e aplicar os seus princípios, com impacto direto na forma como a justiça é procurada e alcançada.

Fruto dessa reunião interdisciplinar de profissionais, académicos e estudantes, a presente edição especial da POLISSEMA (a primeira nos 24 anos de existência da revista) reúne 24 contributos, que se debruçam sobre diversos eixos temáticos – da tradução jurídica à linguagem da administração pública e ao uso das novas tecnologias, passando pelos direitos linguísticos dos estrangeiros e das minorias nacionais, refletindo algumas das mais produtivas intersecções entre a língua e o direito.

A presente coleção de artigos inicia-se com três textos dos oradores principais do Congresso de Língua e Direito. Em primeiro lugar, **Fernando Prieto Ramos** apresenta os resultados de um inquérito em larga escala para comparar os padrões de utilização de ferramentas de tradução assistida (tradução automática incluída) na tradução de documentos jurídicos, por oposição a outros textos em contextos institucionais. As ferramentas de tradução automática, nomeadamente a sua eficácia na tradução jurídica, também constituem tema de reflexão de **Sylvie Monjean-Decaudin**, que demonstra que a tradução do direito supranacional, produto de uma tradução vertical, não apresenta os mesmos desafios jurídico-linguísticos que o direito nacional, caracterizado pela tradução horizontal. O nosso terceiro *keynote speaker*, **Gerard-René de Groot**, faz uma descrição crítica da Carta Europeia para as

Línguas Regionais ou Minoritárias, no contexto dos esforços de diversas organizações internacionais, nomeadamente a ONU e o Conselho de Europa para a proteção das línguas minoritárias.

Os restantes artigos são apresentados pela ordem alfabética dos autores. Assim, **Alice Ferreira, Hélida Ribeiro e Marina Mahmoud** apresentam uma discussão teórico-metodológica sobre as questões terminológicas e tradutológicas envolvidas na elaboração de um vocabulário multilíngue para a interpretação forense, a partir de sentenças relacionadas com o tráfico internacional de drogas. Por sua vez, **Ana Aguiar, Dora Alves e Fátima Pacheco** abordam a forma pela qual o Tribunal de Justiça da União Europeia sublinha a necessidade de garantir uma adequada assistência linguística (direito à interpretação e tradução em língua compreensível) que viabilize a todos os suspeitos ou acusados o efetivo exercício dos seus direitos de defesa.

Ana Paula Lopes defende a importância da análise dos microgestos nas interações face a face em contextos forenses, como forma de obter informação que de outra forma se perderia, numa colaboração entre juristas e linguistas.

Bianca Vitalaru oferece-nos dois artigos, um em coautoria com **Andrea Sanz de la Rosa** e o outro com **Elia Suñé Arilla**. No primeiro, as autoras sublinham a importância do estudo dos géneros textuais na tradução jurídica, através da análise de sentenças judiciais em três línguas (espanhol, inglês e romeno) aplicando a análise de corpora. Num processo de documentação comparativa, o segundo artigo examina possíveis equivalentes para os termos mais representativos das leis de estrangeiros de Espanha, Reino Unido e a Federação Russa, com o intuito de constituir uma base de dados que possa auxiliar o tradutor jurídico.

Emanuel Carvalho aborda os direitos linguísticos de vítimas especialmente vulneráveis, nomeadamente as vítimas do tráfico humano, como modo de ampliar a prevenção-repressão deste tipo de delito.

Inês Barbosa Ferreira traz uma reflexão sobre as tentativas de simplificação da linguagem administrativa portuguesa, bem como da necessária articulação destas com iniciativas que promovam a literacia jurídica do cidadão.

Laura Tallone e **Isabelle Tulekian** comentam a aplicação no ensino da tradução jurídica da aprendizagem por projetos, nomeadamente a elaboração de uma ficha juritradutológica por estudantes do Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas do ISCAP-P.PORTO.

Num estudo etnoterminológico, **Marcos De Campos Carneiro** e **Rodrigo Portela Gomes** examinam um corpus eletrónico constituído por processos judiciais que envolvem demandas de comunidades originárias brasileiras, com a finalidade de descortinar as relações étnico-raciais na cultura jurídica brasileira.

Mariana Vilas Boas investiga como é aplicada em Portugal a Diretiva 2012/29/UE, em particular a forma como a informação é atualmente veiculada às vítimas de crime através de uma linguagem simples e eficaz.

Marta Abalo e **Fernando Ramallo** debruçam-se em particular sobre o artigo 8 da Carta Europeia para as Línguas Regionais ou Minoritárias, relativo ao ensino, e analisam os esforços de alguns estados na sua aplicação.

Mathilde Kamal-Girard ilustra o processo de raciocínio e documentação necessário para traduzir a expressão “sociedad protagónica” da constituição venezuelana para a língua francesa.

Com uma abordagem lexicológica, **Nejmeddine Khalfallah** analisa o termo *qānūn*, das suas origens à sua integração gradual na língua árabe clássica e moderna, para denotar o campo legal positivo correspondente às noções de lei, normas e deveres impostos pelo Estado.

Patrícia Jerónimo faz o ponto da situação relativamente à garantia de assistência linguística e ao cumprimento da Diretiva 2010/64/UE de 20.10.2010 nos tribunais

portugueses, confirmando, através de entrevistas a diversos intervenientes, algumas lacunas ainda existentes.

Pedro Pizzotti explora se é a linguagem jurídica que possibilita a autonomia do Direito ou se há uma força específica que influencia esse processo, sublinhando que o Direito, pela sua própria natureza, exige uma linguagem precisa para lidar com casos e sistematizar respostas, resultando em um discurso jurídico denso e distante de outros discursos práticos.

A linguagem de género é abordada por **Rosalía Rodríguez-Vázquez**, que apresenta os resultados da análise sistemática do léxico marcado pelo género no Código Penal espanhol, concluindo que esta norma recorre às formas masculinas em quase 100% dos casos.

Por último, a juritradutologia é novamente trazida pela mão de **Taciana Cahu-Beltrão**, para analisar o seu papel na qualidade da tradução jurídica.

Quanto aos estudos, **Arnau Guix Santandreu** descreve a técnica de *voice writing* nos tribunais dos EUA e dá um vislumbre das vantagens e dos desafios colocados pela implementação da inteligência artificial nessa atividade. **Dora Alves** e **Tiago Lopes** salientam a importância da contribuição do uso das línguas clássicas para determinadas referências culturais e jurídicas, bem como do ensino da história do direito para conhecer as raízes do direito romano. Por último, o estudo de **Elisabete Carlos** e **Sandrine Alves** e o de **Cátia Rocha** analisam a aplicação da Diretiva 2010/64/UE de 20.10.2010, comparando a normativa portuguesa com a belga e a francesa, respetivamente.

Nas 625 páginas desta edição especial, o leitor poderá encontrar diversas reflexões que problematizam o papel da língua e das línguas, não apenas como pontes que facilitam a comunicação e a compreensão entre culturas e sistemas jurídicos, mas também como possíveis obstáculos à compreensão mútua e à aplicação eficaz do direito. Se há um aspeto comum a todas as contribuições, este é a ênfase na urgência de encontrar um equilíbrio entre

a promoção da diversidade linguística e cultural e a necessidade de uma comunicação eficaz e acessível no âmbito jurídico global.

Desejamos boas leituras a todos os que navegarem nestas páginas e agradecemos aos autores e à equipa editorial da POLISSEMA, pela dedicação e pelo trabalho generoso.

As editoras

Maio de 2024